



CONCURSO PÚBLICO



AUDITOR FISCAL

LEIA COM ATENÇÃO

- 01** Só abra este caderno após ler todas as instruções e quando for autorizado pelos fiscais da sala.
- 02** Preencha os dados pessoais.
- 03** Autorizado o início da prova, verifique se este caderno contém 50 (cinquenta) questões; se não estiver completo, exija outro do fiscal da sala.
- 04** Todas as questões desta prova são de múltipla escolha, apresentando uma só alternativa correta.
- 05** Ao receber a folha de respostas, confira o nome da prova, seu nome e número de inscrição. Qualquer irregularidade observada, comunique imediatamente ao fiscal.
- 06** Assinale a resposta de cada questão no corpo da prova e só depois transfira os resultados para a folha de resposta.
- 07** Para marcar a folha de respostas, utilize apenas caneta esferográfica preta e faça as marcas de acordo com o modelo (●).

A marcação da folha de resposta é definitiva, não admitindo rasuras.

- 08** Só marque uma resposta para cada questão.
- 09** Não risque, não amasse, não dobre e não suje a folha de respostas, pois isso poderá prejudicá-lo.
- 10** Se a Comissão verificar que a resposta de uma questão é dúbia ou inexistente, a questão será posteriormente anulada e os pontos a ela correspondentes, distribuídos entre as demais.
- 11** Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre os conteúdos das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
- 12** Não será permitido o uso de telefones celulares, bips, pagers, palm tops ou aparelhos semelhantes de comunicação e agendas eletrônicas, pelos candidatos, durante a realização das provas.

DURAÇÃO DESTA PROVA: 4 HORAS

Nome _____

Identidade _____ **Órgão Exp.:** _____

Assinatura _____



Fundação Apolônio Salles
de Desenvolvimento Educacional

Língua Portuguesa

TEXTO 1

Trabalho e ética

A palavra “ética” vem do grego “ethos”, significando modo de ser, caráter, conduta, e os filósofos consideram a ética como algo imprescindível para estudar o ser humano e sua convivência com os outros, constituindo uma sociedade saudável e equilibrada.

Com escândalos estampando as manchetes dos jornais e a conseqüente impunidade dos envolvidos do alto escalão, todos se perguntam: esse modelo de ética e moral tem que ser revisto? Deixa de ser antiético forjar algum relatório na empresa para obter benefício próprio? Subornar um segurança para não registrar visitas à empresa fora de hora ou desvio de materiais da empresa ou uso da frota para fins não publicáveis?

Moral, por outro lado, é um conjunto de normas que norteiam as ações do ser humano, como costumes, conduta, valores, e que podem mudar de acordo com a região devido às influências culturais e históricas. Moral e ética não devem ser confundidas: moral é normativa, e ética busca a justificativa de ações do indivíduo em diversas situações. Exemplo: colocar um bem da empresa dentro da meia é algo imoral, é roubo. O autor conhece as conseqüências, mas eticamente não se detém, pois seu “freio moral” está deturpado por novos valores que supõem sejam os corretos, apesar de individualistas e obscenos.

Também a Lei não pode ser confundida com a ética, embora a Lei tenha seus princípios nela baseados. É importante lembrar que tudo começa na formação que os pais dão aos filhos e em como os valores adquiridos evoluem ao longo da vida da criança, na escola. Pais ausentes criarão indivíduos totalmente imprevisíveis, e isso pode ser um risco à sociedade, já que cada um reage de maneira diferente a traumas e carências.

Numa empresa, o dono é o responsável pelos atos que sua equipe realiza enquanto trabalha. Produzir algo com qualidade inferior e vendê-lo como primeira linha possibilita que o consumidor acione a Justiça para o cumprimento da ética e de seus direitos. Preconceitos, abuso de poder, assédio moral e sexual também estão na lista.

As profissões têm o seu próprio Código de Ética, que é um conjunto de normas de cumprimento obrigatório, derivadas da ética, frequentemente incorporadas à lei pública. Nesses casos, os princípios éticos passam a ter força de lei. Mesmo nos casos em que esses códigos não estão incorporados à lei, seu estudo tem alta probabilidade de exercer influência, por exemplo, em julgamentos nos quais se discutam fatos relativos à conduta profissional. Ademais, o seu não cumprimento pode resultar em sanções executadas pela sociedade profissional, suspensão temporária ou definitiva do direito de exercer a profissão.

Nosso padrão de moral e ética pessoal permite escalar o sucesso sem ferir nossos princípios e valores; determina nossa credibilidade perante o mercado; nos coloca em situação de destaque junto da organização a que pertencemos e nos confere seriedade e respeito. Ética, portanto, é item de fábrica que acompanha o profissional do futuro, que já obtém sucesso nos dias de hoje. É o perfil que as empresas, o país e o mundo precisam para reparar os danos causados por graves acidentes éticos e morais que possam ter ocorrido no passado.

Ramon Barros. Texto disponível em:

<http://www.artigonal.com/recursos-humanos-artigos/trabalho-etica-1801689.html>. Acesso em 17/01/2012. Adaptado.

01. Um tema pode ser abordado a partir de diversas perspectivas. No caso do Texto 1, o autor aborda o tema, privilegiadamente:

- A) em sua relação com a política.
- B) na perspectiva das relações familiares.
- C) com foco no contexto empresarial.
- D) fazendo um paralelo com a Lei.
- E) comentando os Códigos das profissões.

02. É possível reconhecer, para o Texto 1, os seguintes propósitos, EXCETO o de o autor:

- A) dissertar acerca da evolução histórica por que passou o étimo “ethos”.
- B) emitir sua opinião acerca de um tema recorrente na atualidade.
- C) marcar sua posição no que se refere a certas atitudes dos trabalhadores.
- D) comentar acerca de algo relevante para o mundo do trabalho.
- E) explicar ao leitor algumas diferenças entre “ética” e outros conceitos.

03. No que se refere a características que se evidenciam no Texto 1, analise as proposições abaixo.

- 1) Há intertextualidade explícita, no trecho: “A palavra “ética” vem do grego “ethos”.
- 2) Na quase totalidade do texto, o autor opta por seguir as regras estabelecidas pela norma padrão da língua portuguesa.
- 3) Prevalece o sentido denotativo das palavras, mais adequado aos propósitos comunicativos do autor.
- 4) Do ponto de vista tipológico, o autor privilegia as sequências narrativas, que conferem certa informalidade ao texto.

Está(ão) correta(s):

- A) 2 e 3, apenas.
- B) 2, apenas.
- C) 1, 2 e 3, apenas.
- D) 1 e 4, apenas.
- E) 1, 2, 3 e 4.

04. “Também a Lei não pode ser confundida com a ética, embora a Lei tenha seus princípios nela baseados.”. Nesse trecho, o segmento sublinhado estabelece, com o anterior, uma relação semântica de:

- A) causalidade.
- B) conformidade.
- C) conclusão.
- D) concessão.
- E) condição.

05. “Ademais, o seu não cumprimento pode resultar em sanções executadas pela sociedade profissional, suspensão temporária ou definitiva do direito de exercer a profissão.” (6º §). O termo destacado nesse trecho tem valor semântico equivalente ao de:

- A) “Por isso”.
- B) “Com tudo”.
- C) “Porquanto”.
- D) “Assim”.
- E) “Além disso”.

06. "O autor conhece as consequências, mas eticamente não se detém, pois seu "freio moral" está deturpado por novos valores que supõe sejam os corretos, apesar de individualistas e obscenos." Assinale a alternativa na qual o sentido do segmento destacado nesse trecho está mantido.

- A) pois valores novos, que supõe sejam corretos, vêm deturpando seu "freio moral", embora este seja individualista e obsceno.
- B) pois seu "freio moral" está sendo deturpado por valores que, embora sejam novos, pressupõe correção, individualismo e obscenidades.
- C) pois, devido a serem individualistas e obscenos, novos e corretos valores deturpam seu "freio moral".
- D) pois seu "freio moral" se encontra deturpado por valores individualistas, obscenos, corretos e novos.
- E) pois novos valores, supostamente corretos, ainda que individualistas e obscenos, deturpam seu "freio moral".

07. "os filósofos consideram a ética como algo imprescindível para estudar o ser humano (...)". O prefixo presente no termo destacado é uma pista para entendermos seu significado: 'de que não se pode prescindir'. Esse mesmo prefixo se encontra nas palavras abaixo, cujo significado está dado. Assinale a alternativa na qual o sentido dado para o termo está incorreto.

- A) 'Insipiência' = ignorância.
- B) 'Insólito' = sem sol.
- C) 'Improcedente' = sem fundamento.
- D) 'Impávido' = corajoso.
- E) 'Intransigente' = inflexível.

08. No segmento sublinhado no trecho: "A palavra "ética" vem do grego "ethos", significando modo de ser, caráter, conduta", as vírgulas se justificam pela mesma razão que justifica a(s) vírgula(s) no seguinte trecho:

- A) "Exemplo: colocar um bem da empresa dentro da meia é algo imoral, é roubo."
- B) "Preconceitos, abuso de poder, assédio moral e sexual também estão na lista."
- C) "seu estudo tem alta probabilidade de exercer influência, por exemplo, em julgamentos".
- D) "Pais ausentes criarão indivíduos totalmente imprevisíveis, e isso pode ser um risco à sociedade, já que cada um reage de maneira diferente a traumas e carências."
- E) "Ética, portanto, é item de fábrica que acompanha o profissional do futuro".

TEXTO 2



Imagem disponível em: www.coachingsp.wordpress.com. Acesso em 18/01/12.

09. No Texto 2, o primeiro enunciado da personagem Mafalda é mal compreendido por sua interlocutora principalmente porque esta:

- A) não tem a bagagem cultural necessária para dar o sentido correto ao termo 'Natal'.
- B) desconhece o referente do substantivo genérico 'pessoas'.
- C) não tem o necessário domínio do código utilizado pela personagem Mafalda.
- D) não consegue perceber o duplo sentido da expressão 'o melhor do Natal'.
- E) confere ao pronome 'se' um sentido reflexivo, diferente do sentido pretendido.

10. Observe a correção da forma verbal utilizada no enunciado: “Se soubesses quanto gosto de mim no Natal!”. Assinale a alternativa em que a forma verbal sublinhada está igualmente correta.

- A) Se veres a Mafalda, diga-lhe que adoro o Natal!
- B) Se dissestes palavras agradáveis, eu gostaria do Natal.
- C) Se vires cedo para casa, traz os presentes de Natal!
- D) Se todos fazessem boas ações no Natal, esta seria uma festa linda!
- E) Se propuseres mudanças, talvez eu goste do Natal.

Informática Básica

11. Qual das opções abaixo não representa um objeto da Área de trabalho do Windows 7.

- A) Ícone
- B) Tablet
- C) Plano de fundo
- D) Gadgets
- E) Atalho

12. Considere o Sistema operacional windows, com relação as ações realizados pelos programas, correlacione a segunda coluna de acordo com a primeira.

- 1) Painel de Controle () Criar e salvar arquivos texto.
- 2) Microsoft Word () Configuração do mouse, teclado, som.
- 3) Outlook () Programa usado para desenhar, colorir e editar imagens.

- 4) Microsoft Excel () Gerenciar mensagens de correio eletrônico.
- 5) Paint () Criar planilhas de folha de pagamento, orçamento, vendas e compras.

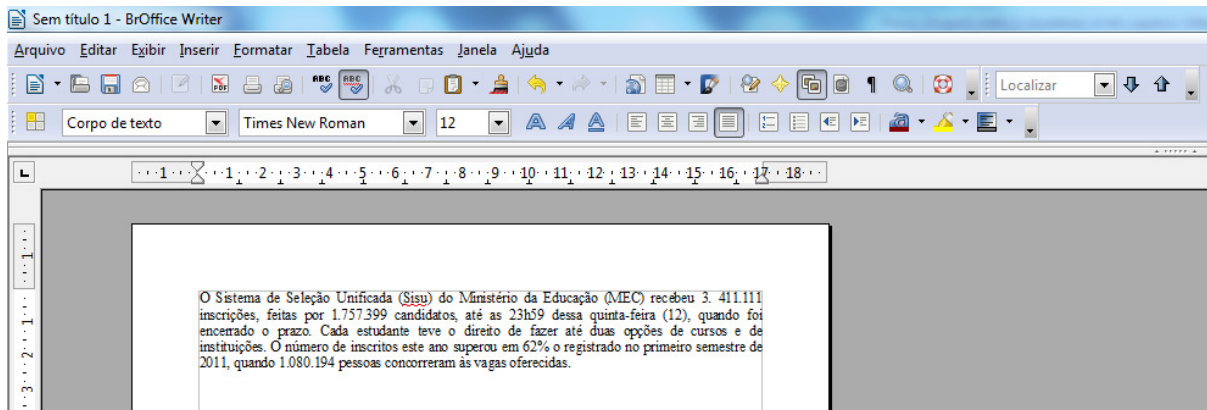
A sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) 2, 1, 5, 4, 3.
- B) 1, 2, 5, 3, 4.
- C) 2, 1, 5, 3, 4.
- D) 1, 2, 5, 4, 3.
- E) 1, 2, 3, 4, 5.

13. Considere o aplicativo Microsoft Word do Office pertencente ao sistema operacional Windows. As ações *Selecionar* e *Copiar* enviam o texto selecionado para um local intermediário, chamado de:

- A) Barra de Rolagem.
- B) Barra de Tarefas.
- C) Área de Trabalho.
- D) Área de Transferência.
- E) Área de Notificação.

14. Office pertencente ao Sistema Operacional Linux na figura abaixo.



Podemos Salvar Como o texto em diversos formatos, EXCETO:

- A) Documento de texto ODF (.odt)
- B) Microsoft Word 97/2000/XP(.doc)
- C) Rich Text Format (.rtf)
- D) Texto (.txt)
- E) Banco de Dados (.mdb)

15. Considere o Processador de texto Writer do Open Office, pertencente ao Sistema Operacional Linux, na figura abaixo.

	A	B	C	D	E	F	G
1							
2	FEIRA DO MÊS						
3							
4	PRODUTO	QUANTIDADE	PREÇO	TOTAL PAGO			
5	Arroz	300	R\$ 1,38	R\$ 414,00			
6	Feijão	450	R\$ 1,24	R\$ 558,00			
7	Açúcar	600	R\$ 1,05	R\$ 630,00			
8	Farinha	1200	R\$ 0,90	R\$ 1.080,00			
9	Café	250	R\$ 1,50	R\$ 375,00			
10	Leite	230	R\$ 1,49	R\$ 342,70			
11	Queijo	500	R\$ 8,00	R\$ 4.000,00			
12	Carne	1600	R\$ 5,00	R\$ 8.000,00			
13	Macarrão	800	R\$ 0,70	R\$ 560,00			
14				###			
15							
16							
17							

A sequência ### indica que:

- a largura da célula é menor que o conteúdo resultante.
- houve erro na fórmula.
- o CALC não aceita esta sintaxe de função.
- trata-se de uma referência circular.
- o argumento da função =SOMA está errado.

História e Geografia de Igarassu

16. A Igreja e Convento de Santo Antônio em Igarassu possuem um estilo arquitetônico genuinamente brasileiro. Assinale a alternativa que corresponde a esse estilo.
- Rococó.
 - Escola Franciscana do Nordeste.
 - Barroco neoclássico.
 - Escola Barroca do Nordeste.
 - Escola Barroca do Brasil.
17. Durante a Revolução Praieira, o atual Município de Igarassu teve um importante destaque, pois abrigou as tropas de Manoel Pereira de Moraes. Sobre a Revolução Praieira, assinale a alternativa correta.
- Em linhas gerais, o alvo da insatisfação dos revoltosos era referente à dominação das famílias oligárquicas e ao controle do comércio, exercido pelos portugueses.
 - A Revolução Praieira recebeu este nome porque os combates geralmente aconteciam no litoral.
 - A revolta defendia a permanência da monarquia e a preservação da ordem com as intervenções estatais.
 - A Revolução era de caráter elitista e não contou com o apoio e a adesão das camadas mais populares.
 - Os revoltosos exigiam que o Estado controlasse as mídias locais, subsidiando sua manutenção e investindo em melhorias na área.
18. O _____ recebeu _____ em sua segunda visita ao Nordeste do Brasil, no ano de 1859. Nesse prédio também funcionou a _____ de Pernambuco. As palavras que completam corretamente o trecho acima são, respectivamente:
- Sobrado do Imperador – D. Pedro II – Casa de Câmara e Cadeia.
 - Museu Pinacoteca – D. Pedro II – Casa de Detenção.
 - Museu Histórico – D. Pedro I – Casa de Câmara e Cadeia.
 - Sobrado do Imperador – D. Pedro I – Casa de Câmara e Cadeia.
 - Sobrado do Imperador – D. Pedro II – Câmara Judiciária.

19. Esta questão apresenta uma afirmação e uma razão para a afirmação.

*O Município de Igarassu possui solos predominantemente litólicos **PORQUE** os terrenos onde se localiza o Município são formados por rochas ígneas extrusivas originadas durante o mesozóico.*

É correto afirmar que:

- A) a afirmação é verdadeira e a razão é falsa.
 - B) a afirmação e a razão são falsas.
 - C) a afirmação e a razão são verdadeiras, mas a razão não é a causa da afirmação.
 - D) a afirmação e a razão são verdadeiras e a razão é a causa da afirmação.
 - E) a afirmação é falsa e a razão é verdadeira.
20. Algumas áreas do Município de Igarassu são ocupadas por um ecossistema denominado 'manguezal'. Sobre esse assunto, analise as proposições abaixo.
- 1) Os manguezais instalam-se em costas de muitas zonas tropicais e subtropicais; é um ecossistema que sustenta uma imensa biodiversidade.
 - 2) A perda do ecossistema referido provoca a redução da biodiversidade, além de provocar a erosão de áreas costeiras e afetar a qualidade das águas.
 - 3) Uma das atividades produtivas que atualmente causa expressivos danos aos manguezais é a carcinocultura.
 - 4) Os manguezais são ecossistemas que se situam em faixas de transição entre o ambiente marinho e o ambiente terrestre, nos locais onde os rios deságuam no mar; são habitados por espécies vegetais características de ambientes alagados e resistentes à alta salinidade.

Está(ão) correta(s):

- A) 1, apenas.
- B) 4, apenas.
- C) 2 e 3, apenas.
- D) 1, 2 e 4, apenas.
- E) 1, 2, 3 e 4.

Conhecimentos Específicos

21. A natureza jurídica específica dos tributos é determinada:
- A) pelas características formais adotadas pela lei tributária.
 - B) pelo fato gerador da respectiva obrigação.
 - C) pela destinação legal do produto de sua arrecadação.
 - D) em conformidade à denominação legal adotada.
 - E) pela destinação legal da arrecadação e pelo fato gerador.
22. A obrigação tributária classifica-se em principal ou acessória. Diante disso, é correto afirmar que:
- A) obrigação acessória surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
 - B) obrigação principal decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas.
 - C) quando inobservada, a obrigação acessória converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.
 - D) quando inobservada, a obrigação principal converte-se em acessória, na forma de prestação pecuniária, compulsória ou voluntária, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir.
 - E) as obrigações principais e acessórias podem ser objeto de exclusão tributária, mediante requerimento do interessado e por juízo discricionário da Fazenda Pública, nas hipóteses autorizadas previstas na lei tributária.
23. Sobre o fato gerador, é correto afirmar que:
- A) fato gerador da obrigação acessória é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
 - B) fato gerador da obrigação principal é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação acessória.
 - C) é definido a partir dos efeitos efetivamente ocorridos (eficácia real).
 - D) é condicionado à validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos.
 - E) quando se tratar de situação de fato, considera-se ocorrido desde o momento em que se verificarem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios.

24. São causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário:

- A) depósito do seu montante integral.
- B) prescrição e decadência.
- C) remissão.
- D) conversão de depósito do montante integral em renda.
- E) exclusão do crédito tributário.

25. O lançamento é o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível. Será efetuado de ofício nas hipóteses seguintes:

- A) quando a legislação impõe ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa.
- B) quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária.
- C) quando a pessoa legalmente obrigada, atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa.
- D) quando houver dúvida quanto à ocorrência do fato gerador.
- E) quando deva ser apreciado fato conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior.

26. Sobre os princípios fundamentais da Constituição Federal, é incorreto afirmar que:

- A) a República Federativa do Brasil é um Estado Democrático de Direito e tem como fundamento, entre outros, o pluralismo político.
- B) a República Federativa do Brasil tem por objetivo fundamental, entre outros, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir a desigualdades sociais e regionais.
- C) a autodeterminação dos povos, a igualdade entre os Estados, a concessão de asilo político e a defesa da paz são alguns dos princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil.
- D) em conformidade com a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil deverá buscar a integração dos países, visando à formação de uma comunidade universal.
- E) o Executivo, o Legislativo e o Judiciário são poderes da União, independentes e harmônicos entre si.

27. Todos são iguais perante a lei, assegurando-se a cada cidadão os seguintes direitos individuais:

- A) expressar livremente a atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, desde que exercida dentro dos limites legais de censuras e licenças.
- B) ter a sua intimidade, vida privada, honra e imagem invioladas, sob pena de ser passível de indenização por danos morais ou materiais.
- C) exercer livremente crenças religiosas e/ou convicções filosóficas e/ou políticas, desde que sejam em locais apropriados para tais fins, como templos e plenários.

- D) manifestar livremente as ideias e pensamentos, podendo optar fazê-lo em anonimato.
- E) ter resguardada a casa em que reside, sendo inadmissível o ingresso forçado, sem consentimento do morador, admitindo-se como única exceção, quando há determinação judicial.

28. Sobre a competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, analise as proposições abaixo.

- 1) Editar normas sobre Direito Tributário, Financeiro, Eleitoral, Trabalhista, Penitenciário, Econômico e Urbanístico são de competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- 2) Compete à União manter o serviço postal e o correio aéreo nacional.
- 3) É de competência privativa da União legislar sobre trânsito e transporte, sobre a proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico e sobre Direito Civil, Direito Penal, Comercial e Processual.
- 4) Quando a competência para legislar for concorrentemente da União, dos Estados e dos Municípios, a União estabelecerá as normas gerais, cabendo aos Estados a competência suplementar, e aos Municípios suplementar a legislação federal e estadual, no que couber.
- 5) Compete aos Municípios manter os programas de educação infantil e de ensino fundamental, além de organizar e prestar, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, os serviços de transporte coletivo.

Estão corretas, apenas:

- A) 1, 3 e 4.
- B) 1, 3 e 5.
- C) 2 e 4.
- D) 2, 4 e 5.
- E) 2 e 4.

29. As disposições sobre o Sistema Tributário Nacional localizam-se no título VI da Constituição Federal, sob a denominação "Da tributação e do orçamento". Sobre as normas do capítulo I, é correto afirmar que:

- A) abrangem normas referentes às diretrizes orçamentárias, vedações e limitações ao poder de tributar.
- B) abrangem normas principiológicas, normas referentes às limitações do poder de tributar e repartição de receitas tributárias.
- C) abrangem normas relativas às finanças públicas, no que tange à organização da arrecadação de receitas derivadas.
- D) abrangem normas relativas à ordem econômica, especialmente quanto à eficácia da administração tributária, segundo o princípio da função social da propriedade.
- E) abrangem as vedações relativas à realização de despesas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.

- 30.** Na situação hipotética, uma autarquia federal recebeu recursos do CNPq para aplicá-los na aquisição de equipamentos de laboratório com a finalidade de serem utilizados exclusivamente em projeto de pesquisa de natureza institucional. A compra foi orçada em R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Assinale a alternativa que corresponde à conduta que a autarquia deverá adotar para adquirir os equipamentos, da forma mais rápida e eficiente possível.
- A) Elaborar o termo de referência e lançar edital de licitação na modalidade de Concorrência Pública, em razão do valor da compra.
 - B) Realizar a licitação sob a modalidade de Pregão Eletrônico, aplicável à hipótese em face da compra não ultrapassar o teto legal para tal fim.
 - C) Adquirir diretamente, por ser dispensável a licitação, tendo em vista a origem dos recursos e o fim a que se destinam os equipamentos.
 - D) Adquirir diretamente, por ser inexigível a licitação, em razão da compra ter por objetivo a aquisição de equipamentos de laboratório, de natureza científica.
 - E) Realizar Tomada de Preços, solicitando três propostas de empresas fornecedoras dos equipamentos, para escolher a mais vantajosa para a autarquia.
- 31.** A Constituição Federal assegura os seguintes direitos aos servidores ocupantes de cargo público, EXCETO o de:
- A) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias nos termos da lei.
 - B) redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.
 - C) adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei.
 - D) proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.
 - E) proteção ao mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.
- 32.** Sobre a responsabilidade civil da Administração, assinale a alternativa correta.
- A) A Administração é responsável e deve indenizar quando em razão da ausência de prestação do serviço público pelo órgão ou entidade responsável, o administrado suporta prejuízo, respondendo por omissão.
 - B) O Estado tem o direito de regresso contra o servidor que causar dano a alguém no exercício de suas funções, desde que seja comprovado que o mesmo agiu com dolo, ou seja, com intenção de prejudicar o administrado.
 - C) O órgão público não se responsabiliza pelos danos causados a terceiros, quando decorrer de caso fortuito ou força maior, pois se aplica a Teoria do Risco Administrativo, que admite excludentes na responsabilidade objetiva do Estado.
 - D) A teoria da responsabilidade objetiva aplicada à Administração Pública não se estende às entidades da Administração Pública Indireta.
 - E) Na hipótese de uma empresa privada estar prestando serviços públicos, por concessão ou permissão, não se aplica a teoria da responsabilidade objetiva caso seus empregados, no exercício dos referidos serviços, acarretem prejuízo a alguém.
- 33.** Um agente público, no exercício da sua função, recebeu quantia em espécie de um administrado, informando-lhe que o dinheiro seria destinado à taxa cobrada para a liberação do documento que havia requerido, tendo se apropriado do numerário. Com relação à conduta do agente público nessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.
- A) O agente cometeu o crime de concussão.
 - B) O crime cometido pelo agente foi de extravio.
 - C) A hipótese é de condescendência criminosa.
 - D) Configura-se o crime tipificado no Código Penal como corrupção ativa.
 - E) O agente cometeu o crime de peculato.
- 34.** Sobre os aspectos punitivos da Lei de Improbidade, é correto afirmar que:
- A) comete ato de improbidade administrativa e deve ser punido com as sanções administrativas previstas na Lei de Improbidade aquele que denunciar agente público pelo cometimento de ato ímprobo, sabendo que o mesmo é inocente.
 - B) é crime, com pena prevista de seis a dez meses além de multa, fazer representação, sabendo que é falsa, contra servidor público pela prática de ato ímprobo.
 - C) aquele que denunciar o agente público por ato de improbidade, sabendo que ele é inocente, será penalizado apenas se o denunciado ingressar com ação de indenização por danos materiais, morais ou à imagem que houver provocado.
 - D) a prática de improbidade pode acarretar para o servidor público a perda da função pública, penalidade aplicável mediante processo administrativo disciplinar.
 - E) a suspensão dos direitos políticos não é uma penalidade aplicável ao servidor público que comete improbidade administrativa, ainda que seja condenado por sentença judicial transitada em julgado.
- 35.** Assinale, dentre as condutas abaixo, a única que não constitui crime contra a ordem tributária.
- A) Omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias para suprimir ou reduzir tributo.
 - B) Falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável.
 - C) Negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativa à venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação.
 - D) Deixar de cumprir a obrigação de apresentar a declaração anual de renda, dentro do prazo improrrogável fixado pela Receita Federal.
 - E) Deixar de aplicar, ou aplicar em desacordo com o estatuído, incentivo fiscal ou parcelas de imposto liberadas por órgão ou entidade de desenvolvimento.

36. A propriedade poderá ser adquirida:

- A) Com relação aos bens imóveis, através de usucapião, em se tratando de imóvel rural ou urbano, desde que preenchido o requisito temporal, o possuidor nele resida e o tenha como seu, com absoluta boa-fé.
- B) Através da acessão, que poderá ocorrer nas seguintes hipóteses: por formação de ilhas, por aluvião, por avulsão, por abandono de álveo e por plantações ou construções.
- C) Em se tratando de bens móveis, quando alguém permanece na posse contínua e incontestadamente, durante um ano, com justo título e boa-fé.
- D) Quanto aos bens imóveis, quando da lavratura da respectiva escritura, dependendo do registro do título translativo no Registro de Imóveis, para que a propriedade gere efeitos perante terceiros.
- E) Pela tradição, em se tratando de bens móveis, salvo se houver negócio jurídico escrito, cuja assinatura efetiva a transferência da propriedade.

37. Sobre o direito de empresa, é correto afirmar que:

- A) enquadra-se no conceito de empresário do Código Civil Brasileiro aquele que exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, desde que no exercício da profissão disponha de auxiliares ou de colaboradores.
- B) o empresário casado sob regime de comunhão universal de bens somente poderá alienar os imóveis que integram o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real, com a outorga conjugal.
- C) independentemente de seu objeto, considera-se empresária a sociedade por ações; e, simples, a cooperativa.
- D) os sócios poderão estipular no contrato social que um ou mais membros da sociedade ficará(ão) excluído(s) da participação nos lucros e das perdas da sociedade.
- E) na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, não sendo cabível, por conseguinte, a responsabilidade solidária pela integralização do capital social.

38. De uma forma geral, a administração das sociedades deve observar as seguintes regras, EXCETO:

- A) o administrador deve exercer suas funções com zelo e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus negócios.
- B) quando o contrato social não estabelece a quem compete a administração da sociedade, a mesma será exercida em separado por cada um dos sócios.
- C) os administradores são obrigados a prestar contas aos sócios de sua administração, apresentar-lhes o inventário anualmente, o balanço patrimonial e o resultado econômico.
- D) quando o administrador não é indicado no contrato social, o instrumento de indicação deverá ser averbado à margem da inscrição da sociedade, respondendo pessoal e solidariamente com a sociedade, pelos atos que praticar, antes de requerer a averbação.

- E) os sócios respondem solidariamente perante a sociedade e os terceiros prejudicados, por culpa no desempenho das funções do administrador.

39. Em conformidade com o Código Tributário do Município de Igarassu, é correto afirmar que:

- A) compete ao Poder Legislativo fixar e reajustar periodicamente os preços destinados a remunerar a utilização de bens e serviços públicos.
- B) a obrigação tributária acessória é a que surge com o fato gerador e tem por objetivo a penalidade pecuniária, extinguindo-se juntamente com o crédito dela decorrente.
- C) o inventariante responde solidariamente pelos tributos devidos pelo espólio nos casos em que não se possa exigir deste o pagamento do tributo, nos atos em que intervier ou pelas omissões por que forem responsáveis.
- D) em regra, a responsabilidade por infração à legislação tributária do município depende da intenção do agente ou do responsável, bem como da natureza e da extensão dos efeitos do ato.
- E) na hipótese de o contribuinte ter o domicílio tributário fora do território do Município, a notificação do lançamento considerar-se-á feita mediante a entrega pessoal.

40. No que se refere à fiscalização objetivando verificar as exatidões apresentadas pelos contribuintes, e determinar, com precisão, a natureza e o montante dos créditos tributários, a Fazenda Pública Municipal de Igarassu não poderá:

- A) exigir informações escritas ou verbais.
- B) notificar o contribuinte ou responsável para comparecer à repartição fazendária.
- C) apreender computadores e arquivos eletrônicos e removê-los para submetê-los à perícia.
- D) exigir a qualquer tempo a exibição dos livros e comprovantes dos atos e operações que constituam fato gerador de obrigação tributária.
- E) fazer inspeções ou vistorias nos locais em que se exerçam atividades passíveis de tributação, ou nos bens que constituam matéria tributável.

41. Assinale a alternativa correta quanto ao conceito de auditoria que “constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações, físicas, contábeis, financeiras e operacionais da entidade”.

- A) Operacional.
- B) Interna.
- C) De gestão.
- D) Externa.
- E) De programas.

- 42.** No decorrer de uma auditoria de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, o auditor fiscal desconfia que os serviços referentes às notas fiscais emitidas são fictícios. Como meio mais adequado à obtenção de prova para confirmar sua opinião, o auditor deverá realizar:
- A) exame físico.
 - B) conferência de cálculos.
 - C) exame dos documentos originais.
 - D) circularização.
 - E) exame de escrituração.
- 43.** Dentre as recomendações sobre a auditoria de partes relacionadas, assinale a alternativa que não está contemplada ou recomendada para ser realizada pelo Auditor, conforme estabelecem as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, no tocante a revisão:
- A) dos papéis de trabalho de anos anteriores, para identificar nomes e as respectivas transações com partes relacionadas.
 - B) dos procedimentos usados pela entidade, para identificar partes relacionadas.
 - C) das atas de reuniões de acionistas, do conselho de administração e da diretoria, e outros registros legais pertinentes.
 - D) dos registros de acionistas, para determinar os nomes dos acionistas principais ou, se apropriado, obter uma relação de acionistas principais do registro de ações.
 - E) das transações de aquisição de bens imóveis.
- 44.** Na condução de auditoria das demonstrações contábeis, assinale a alternativa que representa os objetivos gerais do auditor.
- A) Obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante.
 - B) Identificar fraude.
 - C) Demonstrar a fragilidade dos controles internos.
 - D) Expressar sua opinião sobre as demonstrações contábeis para a administração da empresa.
 - E) Identificar erro.
- 45.** As informações utilizadas pelo auditor para fundamentar suas conclusões em que se baseia a sua opinião, obtidas de informações contidas nos registros contábeis subjacentes às demonstrações contábeis e outras informações, representa:
- A) papéis de trabalho de auditoria.
 - B) evidências de auditoria.
 - C) procedimentos de auditoria.
 - D) relevância de informações.
 - E) opinião do auditor.
- 46.** O risco de que os procedimentos executados pelo auditor para reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo não detectem uma distorção existente que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções, é denominado de:
- A) estimativa.
 - B) planejamento.
 - C) execução.
 - D) detecção.
 - E) percepção.
- 47.** Um auditor, realizando testes na Demonstração do Resultado de uma entidade, verifica que o valor lançado do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza não corresponde ao valor das notas emitidas no período. Pelas Normas Brasileiras Técnicas de Auditoria, como não houve nenhum outro teste efetuado, o auditor detectou a existência de:
- A) sonegação.
 - B) erro.
 - C) distorção.
 - D) fraude.
 - E) omissão.
- 48.** Na demonstração do resultado do exercício, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza sobre os serviços prestados pela empresa deve ser deduzido da receita:
- A) bruta.
 - B) operacional.
 - C) líquida.
 - D) tributária.
 - E) financeira.
- 49.** Conforme as Normas Brasileiras Técnicas de Auditoria, assinale a alternativa que não contempla um princípio de ética profissional relevante.
- A) Integridade.
 - B) Subjetividade.
 - C) Competência.
 - D) Confidencialidade.
 - E) Comportamento (ou conduta) profissional.
- 50.** No Balanço Patrimonial, os créditos de outras entidades que devem ser pagos após o exercício seguinte devem ser classificados no:
- A) ativo não circulante.
 - B) ativo circulante.
 - C) passivo circulante.
 - D) passivo não circulante.
 - E) resultado de exercícios futuros.